



ESTADO DE GOIÁS

LEI Nº 21.810, DE 14 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa Dignidade e dá outras providências.

- [Vide Decreto nº 10.592, de 10-12-2024](#) - Prorroga a vigência do Programa Dignidade para o exercício de 2025.

- [Vide Decreto nº 10.374, de 27-12-2023](#) - Prorroga a vigência do Programa Dignidade para o exercício de 2024.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do art. 10 da [Constituição do Estado de Goiás](#), decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Dignidade aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e inferior a 65 (sessenta e cinco) anos que vivam em situação de pobreza ou de extrema pobreza no Estado de Goiás.

Art. 2º São objetivos específicos do programa a superação de riscos sociais, a autonomia financeira e a garantia de segurança alimentar.

Art. 3º O Programa Dignidade utilizará a base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e será realizado por transferência de renda direta.

Art. 4º O valor do benefício será de R\$ 300,00 (trezentos reais) no ano de 2023, a ser fixado em decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O valor máximo a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser reajustado anualmente com base no índice inflacionário oficial.

§ 2º Não serão elegíveis para o Programa Dignidade as pessoas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família, do Governo Federal.

§ 3º O benefício deverá ser utilizado com itens de alimentação, higiene e medicamentos.

Art. 5º O descredenciamento do Programa Dignidade ocorrerá quando o beneficiário:

- I – for a óbito;
- II – completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- III – superar a extrema pobreza e a pobreza;
- IV – não atualizar o cadastro ou sair do CadÚnico;
- V – prestar falsa declaração ou realizar fraude para obter o benefício; ou
- VI – descumprir os requisitos exigidos por esta Lei.

Art. 6º O pagamento do auxílio financeiro de que trata esta Lei poderá ser bloqueado ou suspenso a qualquer tempo devido à:

- I – solicitação do beneficiário; e
- II – ausência da utilização do benefício em período superior a 60 (sessenta) dias, com a devolução do saldo ao agente financeiro do programa.

Art. 7º A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS será responsável pela gestão, pela operacionalização e pela supervisão do Programa Dignidade e ficará autorizada a baixar atos complementares para a implementação dele.

Art. 8º Para a execução do programa de que trata esta Lei, serão utilizados recursos oriundos do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – PROTEGE GOIÁS.

Art. 9º O Programa Dignidade durará 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado por decreto do Chefe do Poder Executivo, conforme a avaliação do programa e a disponibilidade orçamentária e financeira.

- [Vide Decreto nº 10.592, de 10-12-2024 - Prorroga a vigência do Programa Dignidade para o exercício de 2025.](#)

- [Vide Decreto nº 10.374, de 27-12-2023 - Prorroga a vigência do Programa Dignidade para o exercício de 2024.](#)

Parágrafo único. A SEDS terá até 12 (doze) meses a partir da publicação desta Lei para iniciar a execução do programa.

Art. 10. Para o exercício de 2023, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no Orçamento-Geral do Estado, conforme está estabelecido no Anexo Único desta Lei, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social no valor de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), por se tratar de despesa não prevista no referido orçamento e sem dotação orçamentária específica.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 14 de março de 2023; 135º da República.

RONALDO CAIADO
Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

DETALHAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CRÉDITO ESPECIAL

Exercício	2023
Órgão	3000 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade	3001– GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Função	08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção	241 – ASSISTÊNCIA AO IDOSO
Programa	1040 – ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA
Ação	2315 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA COMPLEMENTAR – DIGNIDADE
Grupo de Despesa	03 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Fonte	156 – RECURSOS DESTINADOS AO PROTEGE
Modalidade Aplicação	90 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor	R\$ 32.000.000,00

Este texto não substitui o publicado [no Suplemento do D.O de 14/03/2023](#)

Autor	Governador do Estado de Goiás
Legislações Relacionadas	Constituição Estadual / 1989 Decreto Numerado Nº 10.374 / 2023 Decreto Numerado Nº 10.592 / 2024
Nº do Projeto de Lei	2023000216
Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás Poder Executivo Poder Legislativo Secretaria de Estado da Economia Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Categorias	Desenvolvimento social Fundos públicos Bem Estar Social Orçamento e finanças públicas